

TRADUÇÃO DE TRÊS FRAGMENTOS POLÍTICOS DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU: ‘PARALELO ENTRE AS REPÚBLICAS DE ESPARTA E DE ROMA’, ‘HISTÓRIA DA LACEDEMÔNIA’ E ‘FRAGMENTOS SOBRE A HISTÓRIA ANTIGA’

TRANSLATION OF THREE POLITICAL FRAGMENTS OF JEAN-JACQUES ROUSSEAU : ‘COMPARISON BETWEEN THE REPUBLICS OF SPARTA AND ROME’, ‘HISTORY OF LACEDAEMON’ AND ‘FRAGMENTS OF THE ANCIENT HISTORY’

Autor: Jean-Jacques Rousseau

Tradução, Apresentação e notas de Rafael de Araújo e Viana Leite¹

Resumo: Tradução de três fragmentos políticos de Jean-Jacques Rousseau, a saber, *Paralelo entre as Repúblicas de Esparta e de Roma*, *História da Lacedemônia* e *Fragmentos sobre a História Antiga*.

Palavras-chave: Rousseau, Tradução, Esparta, Roma.

Abstract: Translation of three political fragments of Jean-Jacques Rousseau, namely *Comparison between the Republics of Sparta and Rome*, *History of Lacedaemon* and *Fragments of the Ancient History*.

Key-words: Rousseau, Translation, Sparta, Rome.

Apresentação

Ah, se tivesse nascido romano! (ROUSSEAU, 1959a, t. I, p. 256, tradução nossa).

Ele sentia em si a alma das Repúblicas mortas. (GHÉHENNO, 1962, p. 16, tradução nossa).

Jean-Jacques Rousseau nutriu forte admiração pelas Repúblicas de Esparta e de Roma. Leitor das *Vidas paralelas* de Plutarco desde tenra idade, familiarizou-se cedo com as figuras heroicas da antiguidade greco-romana.² É o próprio filósofo quem nos

¹ Email: rafael_vianaleite@hotmail.com. Doutorando em Filosofia pela UFPR, bolsista CAPES-Demanda social. Membro do *Grupo de Estudos das luzes* – UFPR, do *GIP* – Rousseau e da *ABES XVIII*.

² São várias as referências a Plutarco nas obras de Rousseau. Na segunda *Carta a Malesherbes*, datada de 12 de janeiro de 1762 afirma-se, por exemplo, como “(...) *com seis anos Plutarco tombou-me nas mãos, com oito eu o sabia de cor.*” (ROUSSEAU, 1959b, t. I, p. 1134, tradução nossa). Nas *Confissões*, logo no

conta, em sua grande obra autobiográfica intitulada *As Confissões*, como a leitura da biografia de homens como Demóstenes, Cesar e Alexandre, o grande, para ficar com três exemplos, teve intensa influência sobre sua personalidade: “(...) *sem cessar ocupado com Roma e Atenas (...) acreditava ser grego ou romano. Me tornava o personagem a respeito de quem li sobre a vida*”. (ROUSSEAU, 1959a, t. I, p. 9, tradução nossa). A continuação do relato ganha contornos bem pantomímicos e talvez pressagie o grande amante da cena teatral que Rousseau se tornará: “(...) *um dia em que contava à mesa a aventura de Cévola, assustaram-se ao me verem avançar e tomar nas mãos um braseiro para representar a ação*.” (ROUSSEAU, 1959a, t. I, p. 9, tradução nossa).³ Contando sobre sua vida uma vez atingida a idade madura, em outro importante texto autobiográfico, os *Devaneios de um caminhante solitário*, especificamente na quarta Caminhada, lemos como Plutarco ainda era uma das suas poucas leituras habituais (1959b, t. I, p. 1024). A afinidade com a antiguidade se evidencia também pelos exercícios de tradução tentados por Rousseau, como foi o caso de alguns autores latinos tais quais Tácito e Sêneca. Sem conhecer bem o grego, foi a partir das traduções francesas que ele leu Homero, Heródoto e Platão. Menciono ainda autores como Maquiavel, Montaigne e Montesquieu, pois são fontes secundárias relevantes que permitiram ao filósofo genebrino conhecer melhor sobre as figuras da antiguidade clássica.

As menções a respeito dos feitos dos espartanos e romanos abundam na obra rousseuniana. Com efeito, devemos notar como os exemplos oferecidos por esses povos ajudam a compreender facetas importantes do posicionamento político e moral do autor. A crítica ao luxo e à desigualdade presente em cidades como Paris e, por outro lado, o elogio das Repúblicas da antiguidade representam dois polos de um mesmo

início do Livro I, Rousseau diz ter sido por volta dessa idade que ele entrou em contato com as biografias escritas por Plutarco (ROUSSEAU, 1959a, t. I, p. 8\9). Já na dedicatória do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de 1755, Rousseau relembra sua infância em Genebra ao lado de seu pai, não sem fazer referência a Grotius, Plutarco e Tácito, cujas obras seu pai conhecia (1964a, t. III, p. 118). No segundo diálogo da obra *Rousseau juiz de Jean-Jacques*, Plutarco é mencionado como sendo a sua primeira leitura de juventude: “*Os homens ilustres de Plutarco foram sua [de Rousseau] primeira leitura em uma idade em que raramente as crianças sabem ler. Os traços desses homens antigos fizeram nele impressões que nunca puderam ser eclipsadas*.” (ROUSSEAU, 1959d, t. I, p. 819, tradução nossa).

³ Trata-se de Múcio Quinto Cévola, o canhoto. Ele viveu no tempo do início da República romana. Uma vez, tendo se infiltrado no acampamento do rei etrusco Porcena, em guerra contra Roma, com a intenção de assassiná-lo, acabou se confundindo e atacou a pessoa errada. Em uma das versões contadas dessa história, depois de ter sido feito prisioneiro e levado até a presença do rei Porcena, Múcio Quinto Cévola enfiou sua mão direita em um braseiro para mostrar que não se preocupava com o corpo, pois sua intenção era atingir a glória. Em outra versão, conta-se que ele teria enfiado sua mão no braseiro como punição devido a seu erro.

procedimento filosófico. Se outros autores usaram as lições de heroísmo da antiguidade como uma forma de exemplo a ser almejado, na pena de Rousseau temos antes, segundo Judith Shklar (1966), um modelo a partir do qual o filósofo pôde mostrar quão viciosos eram seus contemporâneos do que uma espécie de objetivo a ser alcançado. Denise Leduc-Fayette defenderá uma tese semelhante no livro *Rousseau et le mythe de l'Antiquité* (1974), apontando de que modo o autor se diferencia, mas também se projeta nesses modelos antigos representados, por exemplo, pela legislação dada aos espartanos por Licurgo ou ainda os feitos virtuosos de pessoas como Fabrício ou Catão (1974, p. 15). As Repúblicas de Esparta e de Roma são solicitadas por Rousseau como um modelo - não a ser seguido -, mas que é usado para fazer uma contraposição fundamental, de cunho crítico, cujo objetivo é propor um paralelo antitético em que se confronta a virtude que seria existente entre alguns povos da antiguidade e o vício presente nas grandes cidades setecentistas como Paris, Londres ou Lisboa. De um lado, o ideal comunitário e político no qual os valores republicanos se apoiam e, de outro, sua versão corrompida, historicamente verificável, forjada pela desigualdade e o luxo.

Se remontarmos ao *Discurso sobre as ciências e as artes*, de 1750, Esparta e Roma aparecem, de fato, como exemplos inquestionáveis de virtude, quadro que será contraposto à vida luxuosa e considerada afeminada da corte parisiense. O uso dessas Repúblicas antigas é altamente estratégico no interior da obra: o romano e o espartano, eis uma de suas características mais importantes, eram totalmente dedicados à pátria de modo que não estavam, portanto, afastados de seus deveres cívicos por causa de uma luta perene capaz de opor a esses deveres os anseios de desejos egoístas conduzidos por uma ambição voraz. Em termos ideais, esse seria um comportamento politicamente benéfico porque a completa identificação do cidadão à sua pátria, para Rousseau, ajudaria a solucionar a contradição existente entre natureza e sociedade, entre nossos desejos e deveres ou, se quisermos, entre a vontade particular e a geral. Não é o caso, porém, que Esparta e Roma signifiquem a mesma coisa no interior do esquema político rousseauiano. Como o autor as entende, em uma República como a de Esparta as leis tinham primazia em relação aos costumes, fazendo parte de uma sábia legislação proposta por Licurgo, responsável por moldar os costumes dos membros da cidade. Já em Roma, ao menos durante o período republicano, a primazia estaria do lado dos costumes, e assim as leis não precisavam fazer mais do que os espelhar. Do ponto de vista moral, os cidadãos romanos, assim como os espartanos eram virtuosos, levavam

uma vida frugal balizada por costumes e leis puros e severos.⁴ De uma perspectiva política, participavam de um regime cujo funcionamento moldava os cidadãos de tal maneira que eles se tornavam, no mais alto grau, inquebrantáveis na defesa de sua liberdade. O legislador Licurgo, aquele que deu leis para os espartanos, é celebrado nas *Considerações sobre o governo da Polônia* como um exemplo precioso que ao lado de Numa e Moisés não encontraria paralelo entre os legisladores dos tempos modernos (1964a, t. III, p. 956). Ora, mas que tipo de influência uma legislação pode ter a ponto de alterar a constituição humana? Podemos nos esclarecer em relação a esse ponto com a leitura do texto do *Contrato social*, L. II, Cap. VII, conforme o qual o legislador teria o poder e a responsabilidade de transformar o indivíduo, ao fazer com que deixe de ser um todo solitário para fazer parte de algo maior, da cidade ou da pátria da qual é membro. Com a ajuda da educação pública, consegue-se contornar a contradição entre os desejos pessoais e as exigências da vida civil colaborativa. Não estamos falando de retorno ou aproximação da natureza, dado que é sempre em forma de afastamento\desnaturação que a organização política se constrói e que se elabora, com o uso da liberdade humana, circunstâncias mais ou menos favoráveis para o estabelecimento e preservação do corpo político. Como afirma o quarto parágrafo do *Paralelo sobre as Repúblicas de Esparta e de Roma*, a liberdade civil, fruto da convenção, estaria em uma extremidade cuja outra ponta seria representada pela liberdade natural. A liberdade civil tem como origem uma convenção e não a natureza, porém, há afastamentos da natureza que são capazes de criar uma unidade cujo resultado, fruto da arte política, é benéfico para a preservação da sociedade.

Simbolizado nessas duas repúblicas antigas tão paradigmáticas para Rousseau temos, portanto, o ápice do amor à pátria, da devoção à comunidade da qual se é parte, do amor às leis e, consequência direta deste último ponto, da presença da liberdade.⁵

⁴ Ver a *Carta a d'Alembert* (ROUSSEAU, 1995, p. 122).

⁵ Ver o *Discurso sobre economia política*: “Em Roma e no seu exército respirava-se esse amor entre os concidadãos e esse respeito pelo nome romano que elevava a coragem e animava a virtude de quem tinha a honra de portá-lo.” (ROUSSEAU, 1964d, p. 257, tradução nossa); na Dedicatória do *Discurso sobre a desigualdade*, Rousseau escreve a respeito do povo romano dizendo que era um “modelo de todos os povos livres (...)” (ROUSSEAU, 1964c, p. 113, tradução nossa); ver também o Capítulo II das *Considerações sobre o governo da Polônia*: “Licurgo iniciou a instituição de um povo que já estava degradado pela servidão e pelos vícios que são o seu efeito. Ele lhe impôs um jugo de ferro, como nenhum outro povo jamais suportou; mas dessa forma ele os uniu, fez com que se identificasse, por assim dizer, a esse mesmo jugo mantendo-os sempre às voltas dele. Licurgo mostrou-lhe sem cessar a pátria nas leis, nos jogos, nas casas, nos amores e nos seus banquetes. Licurgo não deixava ao povo um instante de relaxamento para que estivesse a sós, e a partir dessa coerção contínua, enobrecida por esse objeto, nasceu neles esse amor ardente pela pátria que foi a paixão mais forte ou antes a única paixão dos espartanos, o que os fez seres acima da humanidade”. (ROUSSEAU, 1964a, p. 957, tradução nossa).

Esparta e a Roma republicana representam o polo virtuoso, idealizado, cujo extremo oposto é uma cidade florescente como a Paris do século XVIII. É quase em tom de desafio que Rousseau confronta seus contemporâneos considerados moralmente corrompidos com essas Repúblicas sublimes há muito perdidas. Esparta não parece nem ter sido composta por homens, mas por “*semideuses*” (ROUSSEAU, 1964b, t. III, p. 12). Diante desse exemplo impossível de ser reabilitado, temos Paris, subjugada pelo luxo e desigualdade.

Rousseau não pretende fazer de seus contemporâneos pessoas do quilate de um espartano do tempo de Ágis.⁶ O uso das Repúblicas espartana e romana, vale insistir, principalmente se pensarmos no *Discurso sobre as ciências e as artes*, se dá justamente como uma tomada de distância crítica, de cunho moral, em relação aos costumes, por exemplo, dos frequentadores da corte parisiense. Tudo se passa como se o retrato composto dessas duas Repúblicas fosse uma espécie de espelho moral, cujo reflexo mostraria o que há de pior nos seus contemporâneos: “*O embaraço dos meus adversários é visível todas as vezes que for preciso falar de Esparta. O que não dariam para que essa fatal Esparta jamais tivesse existido?*” (ROUSSEAU, 1964b, t. III, p. 83, tradução nossa). Entretanto, a despeito de todo o mito em torno dela, a cidade existiu. Mais do que isso, Rousseau ensaiou contar sua história, fragmento que agora é traduzido para o português, junto com um paralelo entre Esparta e Roma e um fragmento sobre a História antiga, textos compilados postumamente nas Obras Completas de Rousseau, edição da *Pléiade*, como parte dos *Fragmentos políticos*. Não temos diante de nós apenas um exercício de erudição histórica, pois para Rousseau, como mostra Denise Leduc-Fayette, a questão da veracidade nesse caso nem é tão importante (1974, p. 72). Com efeito, menos do que propor um minucioso estudo historiográfico, o que mais importava era montar o quadro de uma sociedade virtuosa e cuja legislação conseguiu vencer a tensão entre a particularidade e a entrega afetiva do indivíduo ao conjunto do qual se é parte. Em poucas palavras, são os exemplos morais extraídos pelo relato que ganham relevância e não propriamente informações a respeito da sucessão de reis ou conquistas militares.

O primeiro texto traduzido, publicado postumamente e chamado de *Paralelo sobre as Repúblicas de Esparta e de Roma* - título dado pelos estudiosos que

⁶ Para Denise Leduc-fayette, “*A Roma rousseauiana está em harmonia com sua profunda nostalgia em relação a uma sociedade autenticamente moral, em que a aspiração legítima à felicidade será satisfeita na união de todos os corações inflamados pelo bem comum, e de todos os espíritos, convencidos da justiça das instituições.*” (FAYETTE, 1974, p. 116, tradução nossa).

estabeleceram o texto - é de datação incerta, redigido talvez entre os anos 1751\53. Estruturado de maneira semelhante às biografias de Plutarco é, assim, em forma de comparação que Rousseau propõe escrever sobre essas duas Repúblicas.⁷ O tom do texto é negativo em relação à modernidade, ficando claro como a preferência do autor se dá pela história antiga e não pela moderna. Além disso, vale notar que a inclinação desse paralelo é predominantemente moral, isso significa que é a despeito dos detalhes cronológicos e em favor justamente do exemplo fornecido por essas Repúblicas que o autor toma da pena para oferecer aos homens do seu tempo, viciosos, os traços de dois povos livres e virtuosos.

O segundo fragmento traduzido é o início de uma *História da Lacedemônia*.⁸ Texto igualmente póstumo cuja datação também é incerta, mas que talvez possa ser localizado em torno de 1752. Fragmento interessante, principalmente no que diz respeito à sua metodologia, conduzida que é por uma inclinação fortemente moral. Rousseau aborda a história de maneira curiosa, pois é quase como se estivéssemos lendo uma poética historiográfica. Ao menos, a função do historiador é parecida com a do autor de peças dramáticas, conforme os defensores dessa prática artística no século XVIII, como é o caso de Diderot, Marmontel e Voltaire.⁹ De tal modo, ao historiador caberia aliar em sua narrativa o mérito e a fortuna, com a finalidade de fazer com que a virtude seja celebrada e o vício recusado: espécie de mantra para a maior parte das poéticas francesas dos séculos XVII e XVIII. O terceiro fragmento, o mais curto entre os três, composto basicamente de anotações, aborda a História antiga, e foi nomeado *Fragmentos sobre a História antiga*.¹⁰ São frases e apontamentos não desenvolvidos, mas que explicitam parte do interesse de Rousseau por esse período.

O leitor terá diante de si não textos malsucedidos e por isso mesmo nunca publicados, mas obras embrionárias, aparato de estudo e ainda esboços que não são sem interesse para o leitor de Rousseau. Mas a que tipo de leitura se prestaria esses esboços? Talvez esclarecer alguma obra devidamente publicada ou, quem sabe, dar-nos mostras

⁷ Utilizei a edição das obras completas de Rousseau publicada pela *Pléiade* (1964g, t. III, pp. 538-543).

⁸ Utilizei a mesma edição publicada pela *Pléiade* (1964f, t. III, pp. 544-548).

⁹ No verbete *Comédie*, presente na *Enciclopédia*, e redigido por Marmontel, podemos ler que a comédia “*Difere particularmente da tragédia em seu princípio, em seus meios e em seu fim. A sensibilidade humana é o princípio de onde parte a tragédia: o patético é o meio, o horror dos grandes crimes e o amor pelas sublimes virtudes é o fim a que ela se propõe.*” (MARMONTEL, 2016, online, tradução nossa). Apesar das diferenças, se a comédia tem por objetivo corrigir os vícios das pessoas, nesse ponto tanto ela quanto a tragédia partilham a mesma índole moral.

¹⁰ Utilizei, também em relação a esse fragmento, a edição das obras completas de Rousseau publicada pela *Pléiade* (1964e, t. III, pp. 549-551).

do que poderíamos chamar de processo reflexivo rousseuniano. Com a permissão do leitor, talvez a melhor resposta para essa questão seja encontrada com a ajuda do comentário de Jacques Chouillet a propósito das peças não acabadas de Diderot. Para Jacques Chouillet, falar sobre esboços, nesse caso, é abordar uma forma de arte cujas leis ainda não foram bem estudadas. Entrar em contato com tais textos seria, continua o comentador, como se surpreendêssemos a crisálida antes do fim de sua metamorfose, como se abordássemos uma obra-prima desconhecida, talvez até mais desejável do que seria o produto final (1984, p. 103). É nesse espírito que ofereço ao leitor de língua portuguesa a tradução desses três fragmentos de Jean-Jacques Rousseau.

TRADUÇÃO

Paralelo entre as Repúblicas de Esparta e de Roma

Jean-Jacques Rousseau

Deixo aos admiradores da história moderna a [procura] decisão a respeito de qual desses dois quadros deve melhor lhes convir.¹¹ Quanto a mim, que prefiro considerar apenas os exemplos em que a humanidade se instrui e se honra, que só sei enxergar entre meus contemporâneos senhores insensíveis e povos gemendo, guerras que não interessam a ninguém e desolam todo mundo, exércitos imensos em tempos de paz e sem efeito em tempos de guerra, ministros sempre ocupados em fazer nada, tratados misteriosos sem objeto, alianças negociadas por muito tempo e rompidas no dia seguinte, enfim, súditos tanto mais miseráveis quanto mais o Estado é rico, e tanto mais desprezados quanto mais o Príncipe é poderoso: lanço a cortina sobre esses objetos de dor e de desolação e, não podendo aliviar nossos males, ao menos evito contemplá-los.

Porém, agrada-me voltar os olhos para essas imagens veneráveis da antiguidade, onde vejo os homens elevados por sublimes instituições ao mais alto grau de grandeza e de virtudes a que pode alcançar a sabedoria humana. A alma se eleva, por seu turno, e a coragem se inflama ao percorrer esses respeitáveis monumentos, participa-se de algum modo das ações heroicas desses grandes homens como se a meditação sobre sua grandeza nos comunicasse dela uma parte, e poderíamos dizer sobre a sua pessoa e seus

¹¹ Rousseau escreveu ao lado: ‘a procurar nos anais aquele...’, depois modificou o texto esquecendo de grifar a palavra ‘procurar’. Tradução da nota das *Obras Completas* de Rousseau.

discursos o que Pitágoras dizia a respeito dos simulacros dos deuses: que fornecem uma nova alma aos que deles se aproximam a fim de recolher seus oráculos.

Aquilo que os poetas podem encontrar na invenção de suas fábulas de mais próprio a nos agradar e mesmo a nos instruir é a união do mérito e da fortuna. O coração não pode defender-se de um terno interesse pelas pessoas de bem e, quando as vemos prosperar, os bons amam sua felicidade em razão da virtude e os outros amam suas virtudes em razão de sua felicidade. Se a história raramente tem a mesma vantagem ela consegue, por outro lado, maior efeito, e quando à imagem da sabedoria feliz se junta o sagrado caráter da verdade, ela ensina os homens a respeitar os decretos da Providência e insufla nos corações corretos e sensíveis uma nova coragem para agir bem. A história pode ainda compensar o que falta às suas narrativas em prol da instrução dos leitores reunindo sob um mesmo aspecto os fatos e heróis próprios para esclarecerem-se mutuamente. Explicita-se melhor nessas comparações a obra da fortuna e aquela da prudência. Quando colocamos os homens ou povos em oposição, tudo aquilo que os distingue, as faltas cometidas por um marcam a sabedoria do outro em evitá-las, tirando-se assim uma instrução igual de suas faltas e de suas virtudes. Se podemos imaginar um paralelo que reúna todas essas vantagens é, me parece, aquele das duas Repúblicas as quais gostaria de comparar. Roma e Esparta levaram a glória humana tão alto quanto ela possa chegar, ambas brilharam tanto por suas virtudes quanto por seu valor, ambas tiveram grandes reveses e os maiores sucessos, favoreceram ou venceram a fortuna por sua sabedoria e contradisseram, por uma constituição firme e durável, os preconceitos vulgares em relação à instabilidade dos povos livres. Se nosso assunto é amplo, as relações são sensíveis: tanto uma República quanto a outra teve em seu início reis, tornando-se em seguida um Estado livre e se enfraqueceu sob tiranos. Cada uma teve que combater um rival temível que a colocou frequentemente à beira de sua ruína. Rival que, entretanto, foi superado, mas essa derrota tornou-se fatal para os vencedores. O crescimento de ambas, ainda que tenha sido em termos muito desiguais, foi do mesmo modo o responsável por sua ruína. Enfim, a mesma altivez, os mesmos costumes, as mesmas máximas, sobretudo o mesmo entusiasmo pela pátria pode ser observado tanto em uma quanto em outra. Sobre as diferenças, encontram-se muitas para que justifique este paralelo, e terei tantas ocasiões para disso falar que seria inútil mencioná-las agora.

A instituição da República de Esparta teve causas não menos singulares do que as suas leis, e seu estabelecimento foi conduzido de uma maneira bastante oposta ao de

outros governos. A liberdade civil é entre os diversos estados do homem social uma extremidade cuja outra ponta é a liberdade natural. As diversas constituições políticas formam entre esses dois termos muitos graus intermediários que começam pelos excessos da licença e acabam por aqueles da tirania. Esparta, ao contrário, depois de ter iniciado pelo despotismo degenerou rapidamente em anarquia, progresso inverso ao da ordem natural, consequência da conquista do Peloponeso pelos heráclidas. Primeiramente, Eurístenes e Procles, tendo a avidez imbecil de tomar todas as posses dos particulares sob o pretexto de que a Lacônia era um país de conquistas, os habitantes que não tinham mais laços com sua pátria desertaram para os países vizinhos e os dois tiranos, senhores de uma vasta solidão, aprenderam a suas próprias expensas que a soberania e a propriedade são incompatíveis, que os direitos do príncipe são fundados unicamente sobre os dos súditos e que é impossível comandar longa e gratuitamente pessoas que não têm mais nada a perder.

Para substituir os habitantes que não se desejou reter ao lhes concederem uma parte de seu próprio bem, viraram-se para os estrangeiros aos quais foi preciso dar mais do que fora tomado dos seus predecessores. De tal modo, aconteceu o que sempre acontecerá, os reis se empobreceram por terem usurpado tudo. Mas como dando incessantemente sem nada receber era impossível ao governo durar muito tempo, foi necessário então retornar para os impostos em relação aos quais seria melhor contentar-se. Eles foram exigidos por Ágis com a dureza de um príncipe cuja crença é a de tudo poder e cuja experiência não o corrigirá em absoluto. O povo passou do murmúrio à revolta, pegaram em armas, Ágis foi o mais forte e os habitantes de Helos, vencidos e submetidos para sempre, deram em Esparta o vão e funesto exemplo da escravidão mais cruel no seio da mais perfeita liberdade.

Longe de consolidar seu poder por meio dessas violências, os reis, negligenciando cobrir com uma administração legítima uma usurpação injusta, desfizeram-se de recursos para os inevitáveis momentos de fraqueza em que somente o direito pode suprir a força e em que o mais vigoroso governo se encontra, não importa o que faça, à discrição do povo. Foi necessário rapidamente mudar de método e esses príncipes que jamais eram conduzidos pela razão, tão pouco comedidos em sua complacência quanto em seu rigor, deixaram perceber que eles eram justos somente por medo, e que era necessário atacar sem cessar sua autoridade para detê-los em seus abusos. Porém, o que mais contribuiu para a ruína do poder soberano foi sua divisão entre os dois reis, pois por terem trabalhado muito para usurpá-lo um ao outro, eles se

privaram dele mutuamente. Não sabendo se fazer amar pela clemência, nem se fazer respeitar pela justiça, eles se viram forçados a lisonjear de uma maneira baixa a multidão, atraindo para si mais inimigos do que criaturas por uma parcialidade cega que lhes granjeou ódio, e por uma impunidade de crimes que lhes tornou desprezíveis.

Todas essas causas reunidas aniquilaram inteiramente a monarquia de Esparta ao fim de algumas gerações, e só restava do Governo uma forma vã, sem realidade, que servia somente de obstáculo ao estabelecimento de uma legislação¹² melhor. O Estado caiu em uma anarquia pior do que a independência natural porque não havia meio de saída, já que o povo não podia dar-se leis nem magistrados enquanto ainda tinham reis, e assim a realeza sem poder servia unicamente de salvaguarda para a licença e o banditismo. Foi nessas circunstâncias, quando o corpo político estava prestes a dissolver-se, que apareceu o legislador.

Para bem julgar aquilo que foi executado por Licurgo, imaginemos por um instante que ele se ateu ao simples projeto...¹³

Se Cartago estivesse na Itália e Atenas no Peloponeso, Roma e Esparta talvez ainda sobrevivessem.

Mas ele não via que o gosto por conquistas era um vício inevitável em sua instituição, mais potente do que a lei que o reprimia, pois a vida civil dos lacedemônios tinha tanta austeridade que eles viviam junto ao exército com mais doçura do que em suas casas, e as fadigas próprias à guerra eram a indolência de Esparta, indolência que por ser de uma nova espécie não deixou de estreitar a antiga grandeza da República nos limites de seu território, rebaixando seus cidadãos até não serem mais do que iguais aos outros homens.

2

Eles estabeleceram ambos muitos espetáculos, assembleias e cerimônias. Muitos colégios e sociedades particulares para engendrar e fomentar entre os cidadãos esses doces hábitos e esse comércio inocente e desinteressado que formam e nutrem o amor pela pátria.¹⁴ Eles empregaram, assim, meios semelhantes para irem em direção ao mesmo objetivo por rotas opostas, pois um, inspirando o temor de Deus aos seus povos,

¹² No original lê-se 'police'. Segundo o *Dicionário da Academia francesa*, de 1694, 'police' pode ser entendido como as regras ou regulação de costumes de um Estado ou comunidade, independentemente de sua forma de governo. Optei por traduzir o termo como 'legislação'.

¹³ A reticência e o espaçamento duplo seguem a edição das *Obras Completas* de Rousseau.

¹⁴ É provável que Rousseau esteja fazendo uma comparação entre Numa, rei de Roma, e Licurgo, legislador de Esparta.

o gosto por seu culto e o de uma sociedade aprazível, iluminou sua coragem e temperou sua ferocidade. O outro, pelos mesmos exercícios de paz soube dar ao seu povo as inclinações e os talentos militares, e todos dois, inimigos da violência e das conquistas, imaginaram somente tornar o Estado independente e tranquilo.

3

Quanto à grandeza do Estado, não há nenhuma comparação a ser feita entre essas duas Repúblicas. Esparta, quase limitada por seus muros, não pôde nem mesmo ser bem-sucedida em submeter a Grécia que era, por assim dizer, apenas um ponto no Império romano. E Roma, que tinha como súditos tantos reis, estendeu sua dominação tão longe que foi, enfim, constrangida a limitar-se a si mesma. Esparta não teve em relação a Roma nem mesmo a vantagem própria aos pequenos Estados: sustentar com firmeza os ataques de povos maiores, os reveses da fortuna e a aproximação de uma ruína completa. Pois o início foi igualmente fraco em relação a ambas, e se uma teve que se defender dos reis da Pérsia, Epaminondas e Antípatro, a outra teve que enfrentar os gauleses, Pirro e Aníbal. Mostrando uma consistência ainda maior para resistir à adversidade, suas derrotas só a tornaram mais inflexível, e essa confiança que Esparta não teve no mesmo grau, fez Roma triunfar sobre todos os seus inimigos. Dos dois lados era a mesma virtude guiada por diferentes máximas. Sempre disposto a morrer por seu país, um esparciata amava tão ternamente a Pátria que ele teria sacrificado a própria liberdade para salvá-la, contudo, nunca os romanos imaginaram que a Pátria poderia sobreviver à liberdade, nem mesmo à glória.

4

Nesses tempos longínquos em que o direito de propriedade nascente e mal consolidado não era ainda estabelecido pelas leis, as riquezas eram tidas somente como usurpação, e quando podia-se pilhar os possuidores, com dificuldade considerar-se-ia como roubo privar alguém daquilo que não lhe pertencia. Hércules e Teseu, esses heróis da antiguidade, não passavam no fundo de bandidos que pilhavam os outros.

5

Contudo, o que há de mais feliz nessa associação é isso: ainda que essas duas Repúblicas não tenham atingido a perfeição a que eram suscetíveis, seus defeitos não foram os mesmos e, uma tendo as virtudes que faltaram à outra, o mal ao compará-las

mostra-se forçosamente com o remédio. De sorte que esse paralelo oferece dos fatos a imagem do governo mais excelente e do povo mais valente e o mais sábio que possa existir.

*

História da Lacedemônia

Na parte meridional do Peloponeso, do lado oriental, encontra-se um país estreito chamado antigamente *Lelegie*, depois Lacônia e, enfim, Lacedemônia, regado pelo rio Eurotas e cuja capital leva o nome de Esparta. É a respeito de habitantes de um país tão pouco extenso que começo a escrever a história. Sem decidir se alguma vez os povos mais potentes produziram outras mais interessantes, basta-me acreditar que jamais alguém poderá propor à consideração dos sábios um povo que seja mais próprio a fazer sentir o que as leis e os costumes podem sobre os homens, e o que homem ele mesmo pode quando ama sinceramente a virtude. É portanto honrar e instruir a humanidade reunir esses preciosos monumentos que nos ensinam o que os homens podem ser ao nos mostrar o que foram. Deixemos para a história moderna os importantes detalhes de nascimentos, casamentos e mortes de alguns príncipes; suas caçadas, amores, festas tediosas, tristes prazeres e as misérias de seus povos. Deixemos as narrativas infieis, de suas guerras e de seus combates, indiferentes mesmo para aqueles que lhes causaram. Ensinemos, se é possível, a nossos contemporâneos que houve um tempo em que existiam homens, e deploremos a infelicidade e a vergonha de nosso século ao nos vermos forçados a procurá-los tão longe de nós.

Hesitei bastante antes de colocar-me como tarefa a realização de um trabalho que sinto estar acima de minhas forças, e essa história sendo a única que nenhum moderno ousara ainda tentar, achava-me tão temerário por começá-la quanto acreditava perceber melhor as dificuldades. Porém, uma inclinação quase invencível me atormentara por tanto tempo que sucumbi, enfim, a esse desejo obstinado, sabendo que frequentemente o zelo compensa o talento e que o ardor de bem fazer também ele é um caminho. Que não se tema, contudo, que essa inclinação me leve até a parcialidade. Sei quais são os direitos sagrados da história, se honro a Lacedemônia, honro ainda mais a verdade, e se esta história parece, por vezes, um panegírico, deve-se imputar isso menos a mim do que às virtudes desses sobre os quais agora falo ou aos monumentos que por

mim foram consultados. Entretanto, custa-me conceber como o ciúme e a incredulidade ousariam lançar suspeitas de bajulação em relação a acontecimentos tão pouco suspeitos quanto os que compõem esta obra. Tudo transmitido à posteridade por nações estrangeiras ou inimigas, deve-se presumir que o bem é mais extenuado do que o mal, pois, quanto aos esparciatas, deixando para outros a preocupação de dar preceitos de virtude e contentes em dar-lhe o exemplo, não aviltaram sua glória exaltando-a. Sem louvarem a si mesmos e sem se preocuparem com os louvores de seus inimigos, eles acabaram por arrancá-los continuamente. Bravos e virtuosos em silêncio, não fizeram nada para obter a imortalidade senão merecê-la.

Não quer dizer que eles tenham sempre agido bem em tudo. Eram homens e tiveram fraquezas, tornaram-se ambiciosos e cometeram crimes. A Deus não agrada que eu tente desculpar suas faltas e que minha pena empreste algum colorido a seus vícios. Atesto à alma dos leitores que só verão da minha o amor pela virtude e o desejo de obter do leitor, em sua honra, um justo tributo de louvores ou de repreensão aos homens e coisas que serão dignos independentemente das nações. Sei bem que o coração se aquece e se inflama com a narrativa de grandes ações, é difícil que o estilo não se eleve e não seja animado na mesma proporção, mas o desprezo e a indignação também têm sua veemência, e desde que esses sentimentos sejam distribuídos igualmente, pouco me preocupo que se me reprovem a falta dessa frieza grave recomendada aos historiadores, não sei por qual motivo, como se a principal utilidade da história não fosse fazer amar com ardor as pessoas de bem e detestar os perversos.

O maior inconveniente desse projeto é o de que vemos homens cuja semelhança conosco é quase nula. Eles nos parecem fora da natureza talvez tanto porque nós mesmos o estamos quanto porque eles, de fato, também o estavam. Seus crimes nos causarão horror, por vezes, suas próprias virtudes nos farão tremer. Igualmente fracos e pusilânimes no bem e no mal, tudo o que leva certo caráter de força e de vigor não nos parece mais possível. A incredulidade que ostentamos é antes obra de nossa covardia do que de nossa razão, mas o prejuízo de uma disposição ruim dos leitores em relação a essa obra não deve superar a aprovação de um único homem sensato que dela se beneficie. É, sobretudo, em semelhantes ocasiões que é preciso esquecer a multidão, e aquele que trabalha pela verdade não deve pensar no sucesso. Quanto a mim, a despeito dos julgamentos sobre este escrito, basta-me, para estar justificado diante do público, nada dizer que não esteja respeitando a garantia da fé e a maior parte dos testemunhos dos acontecimentos. Basta-me, para minha própria satisfação, não ter tido outro objetivo

na composição desta história senão aviltar os preconceitos com os quais os homens de meu tempo nutrem suas pequenezas e os vícios que delas se seguem.

Não temos muitas fábulas sobre a fundação de Esparta. Seus habitantes, que buscavam mais sua glória no presente do que no passado, negligenciaram ou desdenharam darem à cidade, à imitação de todas as outras, uma origem maravilhosa. É pouco verossímil que em tempos tão recuados tenham estabelecido subitamente grandes cidades em lugares que antes eram inabitados, é mais provável que esses estabelecimentos tão famosos tenham começado por algumas cabanas de camponeses ou de andarilhos, que tenham aumentado insensivelmente pelo concurso de outros andarilhos, atraídos pelos primeiros ou pela comodidade do lugar. Graças ao seu crescimento, as cidades tornaram-se então célebres, seus habitantes, não podendo encontrar a época de sua fundação, a imaginaram o mais vantajosamente que puderam a partir de algumas tradições populares. É assim que podemos supor a de Esparta, com tanto mais verossimilhança pelo fato de que o país, não tendo sido intensamente populoso nem mesmo habitável, é possível seguir na antiguidade uma parte desse progresso que tornou, enfim, o solo fértil e a cidade florescente. De fato, Pausânias e outros nos dizem que o terreno era pantanoso e, seja pela abundância de pequenos rios que desembocavam nos lugares mais baixos, seja pelos restos de uma enorme inundação, foi cortado e seco pelo Eurotas, ainda que o nome desse príncipe tenha permanecido nomeando o canal principal que, recebendo todos os outros, tornou-se um verdadeiro rio. Acrescentam ainda que seu genro e sucessor, *Lacedemon*, fundou ou aumentou Esparta, e a chamava assim por causa do nome de sua esposa, enquanto ele deu o seu nome ao país. Eurístenes e Procles, enfim, fixaram sua estadia nessa cidade que eles embelezaram ainda mais e fizeram dela permanentemente a residência real.

Não ocuparei a atenção do leitor percorrendo a estéril e duvidosa sucessão de reis que governaram a Lacedemônia desde Lélex até o tempo da República. Custa-me conceber como alguém ousa fornecer-nos, sob o nome de história, a coleta cem vezes alterada de fábulas opostas e quase sempre ridículas que se contavam em cada país muitos séculos antes que alguém cogitasse redigir seus anais. Ademais, a aridez cronológica pode servir à história geral para determinar as eras, os fatos e reinos contemporâneos, porém, é visivelmente abusar do tempo utilizar em uma história particular a inútil revista de príncipes que não fizeram mais do que nascer e morrer. Se menciono aqui alguns deles é na medida em que os contornos de suas vidas são dignos

de algumas reflexões ou porque suas histórias oferecem esclarecimentos necessários ao que ocorreu em tempos posteriores.

O reino, tendo sido passado pelas mulheres dos descendentes de Lélex àqueles de *Lacedemon*, foi deles para os Dióscuros e passou, daí em diante, para Helena, sua irmã na casa dos Atreides. Durante o reino de Tisâmeno, filho de Orestes, o Peloponeso foi arrebatado pela raça de Hércules aos de Pélopes, e o reino da Lacedemônia, em particular, ficou para Aristodemo. Depois de sua morte, uma igual ternura por seus dois filhos, Eurístenes e Procles, impediu a rainha de declarar qual era o primogênito, de modo que eles foram entronados conjuntamente, e é por causa deles que começaram a ramificação dos Heraclides que sob o nome de Ágidas e de Proclides ou Euripôntidas reinaram conjuntamente a Lacedemônia até o fim da República.

Essa divisão da coroa e os ciúmes que ela sempre causou entre os reis associados foram as primeiras causas da felicidade e da glória de Esparta, pois forçou os dois rivais a brigar em prol do favor do povo e a renunciar por graus ao despotismo que eles tinham usurpado. Não é que a autoridade real sacrificada por semelhantes motivos à licença do povo produziu imediatamente mudanças favoráveis. Ao contrário, os particulares que sacudiram de si o jugo da tirania sem se submeterem ao das leis tornaram-se mais insolentes sem serem mais felizes e, para defenderem-se dos ultrajes dos dois homens, a impunidade os expôs aos ultrajes de todos os seus inimigos. Mas essa espécie de anarquia igualmente funesta aos príncipes e aos súditos dispôs uns e outros a receberem uma melhor legislação¹⁵ quando a oportunidade se apresentou. Os reis preferiram ter na lei uma autoridade certa e moderada do que ter uma precária, absoluta em aparência, mas sem nenhum poder efetivo. E o povo, preferindo leis imparciais a reis perversos ou inúteis, ficou bem feliz em renunciar ao poder de ofender outrem para que ele mesmo não fosse mais ofendido. No mais, os reis não deixaram de ser tiranos de uma só vez. Euritião, neto de Procles, foi o primeiro que, desembaraçando-se de seus direitos ou de suas pretensões, forçou seu colega e seus sucessores a superá-lo ou ao menos a seguir seu exemplo. Condescendência que o fez muito amado entre os súditos os quais mudaram em seu favor o nome dos Proclides e lhes deram o seu como eles tinham dado à família de Eurístenes aquele de Ágis, seu filho, por ter submetido os hilotas.

¹⁵ No original, 'police'. Ver a nota 12.

Esses ilotas ou hilotas eram os habitantes de uma cidade marítima da Lacônia nomeada Helos.

Se algum homem era digno de ser o senhor dos outros seria aquele que sabe ser senhor de si mesmo. Se alguma infidelidade pudesse ser permitida para salvar a pátria seria aquela que só pode ser feita graças à virtude.

*

Fragmentos sobre a História antiga

1

Todos vocês viram o reino de Ciro, sua grandeza é, para todos, obra sua. Entretanto, vocês pensam ser proveitoso buscar uma forma de administração própria a nos tornar temíveis e florescentes, nós, que sob esse grande homem submetemos a Ásia e conquistamos todos os tesouros de Semíramis. Seguirei, portanto, seus votos a esse respeito e, por medo de ser seduzido pelos objetos que estão sob nossos olhos, suporei no exame dessa grande questão que se trata não de governar os senhores do mundo, mas de civilizar um povo bárbaro.

2

De que serviram a Dario todos os tesouros da Ásia contra um príncipe que não tinha nada [?]

A República de Atenas não tinha lucros quando venceu os persas. Esparta sem ouro nem dinheiro, com sua capa e seu caldo, submeteu a Grécia e até mesmo Atenas. Porém, Lisandro mal tinha se enriquecido com os despojos da Ásia quando ela perdeu novamente, em curto período, o seu império.

As riquezas de Cartago e suas tropas mercenárias foram as causas de sua ruína.

3

Os Filenos.

Poderíamos até dizer que esses fatos não são verdadeiros, pois mesmo supondo-os falsos seria preciso, ao menos, que eles fossem prováveis nesse tempo, o que os fez serem admitidos pelos historiadores. Se nos contassem hoje algo semelhante de algum de nossos contemporâneos não só nós não faríamos outra coisa senão rir, como ninguém consentiria em falar sobre isso.

4

Eles são também seus concidadãos, entre os quais na qualidade de magistrado ele é ainda obrigado a manter a frugalidade, a modéstia e os bons costumes.

5

Cipião e Lisandro, um sóbrio e o outro desinteressado, lançaram entre seus cidadãos as primeiras sementes de corrupção, um a partir do luxo, e o outro pelas riquezas.

6

E quanto a mim, percebo os jogos olímpicos como um dos meios com os quais se conseguiu, por mais tempo, conservar na Grécia o amor pela liberdade.

7

Demóstenes fazendo frente a Filipe e defendendo a Grécia. Cícero fulminando Catilina.

8

Comparação

Os 300 Fábios e Lêonidas nas Termópilas.

Os Horácios e Coriáceos com...

9

Uma das mais graves reprovações que foram feitas a Sila foi a de ter aumentado seu patrimônio e de ser mais rico do que não teria sido seu pai.

10

Apologia de Roma.

Rômulo.

A força, nesse tempo, não estando fundada unicamente, como acontece hoje, sobre o dinheiro ou sobre a intriga, mas sobre os talentos, valor, estima e a confiança, ela era um verdadeiro mérito: supunha mais grandeza de alma, mais generosidade, qualidades mais nobres do que as pequenas qualidades pelas quais se chega hoje à dominação com a ajuda dos cortesãos.

11

[...] Sempre moderados e generosos na vitória, sempre intrépidos e inquebrantáveis nos reveses.

12

Essa política não é boa por um ato, a justiça e a virtude só adquirem a longo prazo suas vantagens. É na sucessão dos séculos [...]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOUILLET, J. Un théâtre en devenir: les ébauches de Diderot. *In: Diderot et le théâtre*. Grands dramaturgues, Paris: Dominique Guéniot Imprimeur, 1984, p. 81-103.
- GUÉHENNO, J. *Jean-Jacques: En marge des 'Confessions' - Roman et vérité*. Paris: Gallimard, 1962.
- LEDUC-FAYETTE, D. *Rousseau et le mythe de l'Antiquité*. Paris: Vrin, 1974.
- MARMONTEL, M. Verbete 'Comédie'. Online. Disponível pelo endereço: <http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.2:1576.encyclopedie0416.6899277>. Último acesso realizado em 04 dez 2016.
- ROUSSEAU, J.-J. Considérations sur le gouvernement de Pologne et sa réformation projetée. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo III. Dijon: Gallimard, 1964a.
- ROUSSEAU, J.-J. Discours sur les sciences et les arts. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo III. Dijon: Gallimard, 1964b.
- ROUSSEAU, J.-J. Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo III. Dijon: Gallimard, 1964c.
- ROUSSEAU, J.-J. Discours sur l'économie politique. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo III. Dijon: Gallimard, 1964d.
- ROUSSEAU, J.-J. Fragments d'histoire ancienne. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo III. Dijon: Gallimard, 1964e.
- ROUSSEAU, J.-J. Histoire de Lacédémone. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo III. Dijon: Gallimard, 1964f.
- ROUSSEAU, J.-J. Les Confessions. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo I. Dijon: Gallimard, 1959a.
- ROUSSEAU, J.-J. Les rêveries du promeneur solitaire. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo I. Dijon: Gallimard, 1959b.
- ROUSSEAU, J.-J. Lettre à d'Alembert. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo V. Dijon: Gallimard, 1995.
- ROUSSEAU, J.-J. Lettres à Malesherbes. *In: GAGNEBIN, B. e TROUSSON, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo I. Dijon: Gallimard, 1959c.
- ROUSSEAU, J.-J. Parallèle entre les deux républiques de Sparte et de Rome. *In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (Org.) Oeuvres Complètes*. Tomo III. Dijon: Gallimard, 1964g.
- ROUSSEAU, J.-J. Rousseau juge de Jean-Jacques. *In: GAGNEBIN, B. e TROUSSON, M. (Org.)*. Tomo I. Dijon: Gallimard, 1959d.

Recebido em: 25/01/2018

Aprovado em: 09/08/2018